

Apresentação

MULHER E NEGRA: RESISTÊNCIAS DE GÊNERO E RAÇA



Prezados amigos e amigas,
Inspirado no Lema 2016 da Novamerica -
“Direito das Mulheres: compromisso de todos e todas” - este número do Boletim Cidadania em Rede está dedicado a debater as relações entre gênero e raça, ou seja, um debate mais específico sobre as mulheres negras. Este é o convite do Boletim Cidadania em Rede.

Inspirados em nosso compromisso de educar em e para os direitos humanos, nosso objetivo é, por um lado, refletir sobre a superação das desigualdades entre homens e mulheres, na perspectiva feminista. Por outro lado, queremos também refletir sobre a superação das desigualdades entre negros e brancos, na perspectiva dos estudos sobre relações raciais no Brasil. Assim, optamos em estudar as resistências de gênero e raça, como um enfoque nas lutas das mulheres negras.

Através de notícias, atividades, entrevistas, textos e imagens, queremos entender os avanços e os limites que a luta pelos direitos das mulheres negras têm enfrentado ao longo da história.

Boa leitura e bom trabalho!

A Equipe.

Destques

**Mulheres Negras na Luta:
Como superar as Desigualdades
de Gênero e de Raça?**

**MULHERES E NEGRAS:
LUTAS E RESISTÊNCIAS**

Com a Palavra... **Viola Davis**

“A única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra mulher é oportunidade. Sem oportunidades, nenhuma mulher negra pode vencer. Se não escrevem histórias sobre mulheres negras não poderia atuar, e sem atuar não poderia concorrer, e sem concorrer não poderia receber este prêmio. As mulheres negras querem oportunidades, as mesmas que são dadas a todas as outras e nos são negadas.”

Viola Davis

Atriz. Ganhadora do Prêmio Emmy de Melhor Atriz 2015.



Mulheres Negras na Luta: Como superar as Desigualdades de Gênero e de Raça?

Sandra Marcelino (PUC-Rio)

Ouvir as vozes das mulheres na sociedade brasileira é um exercício de entender uma história marcada por narrativas muitas vezes silenciosas, anônimas e subalternizadas. Porém, outras vezes, essas vozes são verdadeiros gritos de guerreiras. Cada qual utiliza um estilo próprio e apresenta agendas específicas. Cada uma se enuncia de um ponto de vista distinto. Mas, aos poucos, vamos passando do silêncio para a voz firme que se expressa sem medo.

Historicamente, o papel das mulheres foi assumindo diferentes espaços na sociedade e reconfigurou a ordem social a partir das suas exigências pelo direito ao voto, à participação política, à educação formal, ao trabalho, ao controle do corpo e outras dimensões. Essas questões trouxeram à tona discussões sobre o papel social ocupado pelas mulheres e a sua recorrente invisibilização e silenciamento. Com essas agendas de mais vozes e mais visibilidade, o movimento feminista contribuiu para transformar as experiências de vida de muitas mulheres, principalmente, de mulheres brancas e heterossexuais.

Quanto às mulheres negras, suas reivindicações específicas levaram muito mais tempo para serem colocadas em pauta, pelo menos duas décadas depois daquelas defendidas pela maioria de mulheres brancas. Este atraso na luta das mulheres negras é devido ao fato de que elas, na sua maioria, não tinham acesso à educação de nível superior, cenário no qual o movimento feminista mais avançou no Brasil a partir dos anos de 1970.

Apesar do avanço nas últimas décadas, a luta das mulheres negras por melhores condições de vida e redução das desigualdades continua compondo suas pautas, tendo em vista que a construção hierárquica do gênero e da raça, no Brasil, tendem a empurrar as mulheres negras para um local de subalternização em relação ao homem branco, à mulher branca e ao homem negro. Assim, ser mulher e ser negra significa, muitas vezes, estar na situação de maior subalternidade nas hierarquias sociais brasileiras. Por isso, é necessária uma luta específica, que articule igualdade de gênero e igualdade de raça. É a mulher negra a protagonista desta articulação.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, África do Sul, 2011) constituiu-se num marco do protagonismo das mulheres negras. Elas compuseram a maioria da delegação brasileira e contribuíram para a aprovação dos textos relativos à problemática específica a qual vivem as mulheres afrodescendentes, como saúde, mercado de trabalho, educação, segurança.

Em 2015, aconteceu em Brasília a “*Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e a violência e pelo bem viver*”. Esse lema levou cerca de 50 mil mulheres de todo o Brasil a se reunirem pelo direito à vida. A Marcha incorporou na pauta algumas demandas que imprimem as marcas da desigualdade que efetiva a intersecção (relação) de raça e gênero. Entre as reivindicações, destacaram-se:

- investigações de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras;
- fim do racismo e do sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física;
- fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras;
- titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras.

Essas demandas fazem sentido, pois o Mapa da Violência de 2015 revela que a cada 1h50 uma mulher negra morre. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE 2013), as mulheres compunham 103,5 milhões do contingente populacional, estatisticamente equivale a 51,4% da população brasileira. A partir do recorte racial, as mulheres negras constituem 44%.

Considerando a realidade brasileira, os dados apontam que a violência tem as marcas do racismo, ou seja, as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica no Brasil, representando 60% das agredidas. Outro dado relevante é que enquanto o número de mulheres negras mortas aumentou em 54% em uma década, o número de assassinatos de mulheres brancas caiu 9,8%.

O estereótipo diante da construção histórica da imagem da mulher negra associada à hiper-sexualização não foi superada no imaginário social. Sendo assim, tornam-se o grupo mais vulnerável, tendo mais chances de serem vítimas da violência, de acordo com a pesquisa divulgada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). O primeiro estudo empírico nacional publicou, em 2014, em uma versão preliminar, a radiografia sobre os crimes de estupro no Brasil. Buscou-se analisar o fenômeno a partir dos microdados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), onde se revelou que em 51% dos casos de estupro relatados as vítimas eram mulheres negras.

Diante dos dados apresentados e dos recentes acontecimentos em torno da violência contra a mulher que ocuparam as mídias sociais, revela-se um quadro muito desafiador para a garantia do direito das mulheres, especialmente das mulheres negras. O nosso olhar para a intersecção (relação) de gênero e de raça pode relevar questões específicas. Assim, a mulher negra ainda é a mais atingida pelo racismo institucional. Por exemplo, os indicadores educacionais de acordo com os dados do Retrato das Desigualdades (IPEA) indicavam que as mulheres brancas em 2009 com 16 anos ou mais tinham pelo menos 9 anos de estudos comparado as mulheres negras que atingia cerca de 7 anos. A distorção idade-série no ensino médio apontava para 38,2% das jovens negras, contra 24,1% das brancas.

Vale ressaltar que a desvantagem educacional tem grandes impactos no processo de inserção no mercado de trabalho. Não raro, toma-se conhecimento através de diversos meios de divulgação, que as mulheres negras compõem um índice de desemprego muito maior em qualquer lugar do país. São elas as que se inserem mais cedo no mercado de trabalho e são as últimas a sair, ou seja, elas permanecem mais tempo no mercado de trabalho, porém ganhando menos que todos os demais trabalhadores e trabalhadoras. Assim, outro fator existente diante desse contexto é a remuneração das mulheres negras, constituindo como os mais baixos, de acordo com as informações apresentadas pelo Ministério do Trabalho no ano de 2012.

A estrutura da sociedade brasileira está alicerçada em moldes classificatórios que escamoteiam a perversidade que o racismo se configura. A mulher negra continua sendo “a carne mais barata do mercado”. Alliche Mbembe, cientista política, enfatiza que na ordem da modernidade, o negro é o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, em mercadoria.

Apesar do racismo estrutural brasileiro reforçar o abismo entre brancos e negros, nos últimos doze anos a situação da população negra apresentou alguns avanços que reduziram a desigualdade entre esses dois grupos, mas não foram o suficiente. Sendo assim, a existência e manutenção do racismo através das relações sociais estreitam cada vez mais os “gargalos”, apesar da população negra vir desempenhando um esforço mediado pelas ações afirmativas a fim de mudar esses resultados. Há muita luta pela frente, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária no que diz respeito aos gêneros e às raças.

MULHERES E NEGRAS: LUTAS E RESISTÊNCIAS

Marcelo Andrade

1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- O/a animador/a apresenta o “*Jornal Mural Imagens e Palavras*” para introduzir o tema e pede que os participantes comentem livremente as imagens e as frases.
- Em seguida, o/a animador/a pede que os participantes escolham uma frase do Jornal Mural para ser analisada. O animador pode lançar a seguinte questão:

➤ **Como você relaciona as frases e as imagens do Jornal Mural?**

2º momento:

APROFUNDAMENTO

- O/a animador/a distribui a todos os participantes uma cópia do texto “*Mulheres Negras na Luta*”, de Sandra Marcelino (Seção “*Idéias em Foco*”, do Boletim Cidadania em Rede).
- O/a animador/a pode também ler a entrevista de Nilma Lino Gomes (Seção A Palavra é Sua).
- Após as leituras, o/a animador/a pode guiar o debate com as seguintes questões:

➤ **O que mais chamou atenção na leitura do texto e da entrevista?**

➤ **Quais as principais características da luta das mulheres negras?**

➤ **Qual seria nosso papel hoje em prol da luta das mulheres negras?**



3º momento:

COMPROMISSO

- O/a animador/a inicia este momento lendo pausadamente as palavras de Viola Davis (Seção “*Com a Palavra*”) e os itens da Seção “*Você Sabia?*”.
- Após estas leituras, propõe a seguinte tarefa para o grupo:

➤ **Como promover no Brasil hoje maior igualdade entre negros e brancos e entre mulheres e homens?**

- Após um breve debate, o/a animador/a pode convidar os participantes a registrarem o compromisso assumido num cartaz, sintetizando a conversa do grupo.



A palavra é sua... solte a voz!

Apresentamos trechos de uma entrevista de Nilma Lino Gomes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que pesquisa as relações raciais no campo educacional. Nilma Lino Gomes foi Reitora da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) e Ministra dos Direitos Humanos (2014-2016). A entrevistada foi publicada no site da CONTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).



Esta seção está aberta para sua opinião. Comunique-se conosco!

A Lei Maria da Penha completa, em 2016, 10 anos. É uma década para se comemorar?

O Mapa da Violência 2015 (Homicídio de Mulheres no Brasil) aponta um aumento de 21% de mulheres vítimas de violência em uma década. Isso quer dizer que em 2013 cerca de 13 mulheres foram assassinadas diariamente. O País tem uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo, conforme dados da OMS.

E em relação às mulheres negras?

O número de homicídios de mulheres negras foi o que mais cresceu: 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. A situação das mulheres negras, comparada à situação de mulheres brancas, é de maior desigualdade, pois elas são as mais invisíveis e as mais vulneráveis. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 em 2003 para 1.576 em 2013. Os dados fornecidos pelo Mapa nos impulsionam no sentido de ampliarmos, cada vez mais, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O racismo, o machismo, a pobreza e as desigualdades social e econômica ainda prejudicam a vida de milhões de mulheres no País. No caso das mulheres negras, essa situação se agrava?

Os dados do Mapa da Violência 2015 atestam que as denúncias do movimento negro e das mulheres negras são, de fato, uma realidade. Quando avaliamos gênero e raça conjuntamente, os dados revelam a perversidade das estruturas desiguais em nossa sociedade.

Como isso é perceptível?

Antes, essa dimensão ficava muito restrita a movimentos sociais, mas agora começa a nos desafiar por mais políticas públicas, de Estado, que contribuam para a mudança desse quadro de desigualdade. Exemplo disso são os avanços já conquistados, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e as Casas da Mulher Brasileira, que vêm sendo implementadas em todo o país. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE-2014) também registram que entre 2013 e 2014, 18,1% das pessoas negras superaram a extrema pobreza e outros 10,7% saíram da pobreza, o que reforça a importância das políticas públicas para a superação da extrema pobreza entre a população negra.

A questão racial extrapolou o âmbito dos movimentos negros?

A luta contra o racismo e pela igualdade racial está avançando e é hoje uma preocupação de toda a sociedade e não mais apenas do movimento negro. Um dos primeiros avanços que vejo é uma discussão maior e mais densa no Brasil sobre os efeitos nefastos do racismo na vida de brasileiros e brasileiras. A questão racial aos poucos começa a ser incorporada pela sociedade brasileira como uma questão nossa, enquanto sociedade, e não como uma questão unicamente dos negros e negras.

Você sabia?

Não!

Então,
aprenda mais,
amplie seus conhecimentos
sobre o tema discutido.



- Que 25 de Julho é Dia Internacional da Mulher Negra?
- Mas, para que um dia específico para a Mulher Negra? Vamos ver alguns dados?
- Você sabia que as mulheres negras são o grupo social que apresenta o menor nível de escolaridade?
- Você sabia que as mulheres negras são o grupo social que apresenta os menores salários com a maior carga horária de trabalho entre todos os grupos de trabalhadores?
- Você sabia que as poucas mulheres negras que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente necessitam se empenhar mais e abdicar de outros aspectos de suas vidas, como lazer, relacionamento, maternidade?
- Você sabia que poucas mulheres ocupam lugar de comando na política e, entre elas, as mulheres negras são ainda em menor número?
- Você acha mesmo que não precisamos de um dia para marcar a especificidade das lutas das mulheres negras?

Ecoss da Cidadania

NOTÍCIA

Seminário 'Mulheres Negras no Foco'

G1 Bahia | 06/07/2016

Evento será realizado nos dias 7 e 8 de julho, na Biblioteca dos Barris. Direito das mulheres negras à comunicação será um dos temas debatidos.

A Biblioteca Pública dos Barris, em Salvador, vai sediar nos dias 7 e 8 de julho o “Seminário Mulheres Negras No Foco: mídia, representação e memória”. O evento, realizado pelo Instituto da Mulher Negra - Odara, vai abrir a programação da 4ª edição do Julho das Pretas na capital baiana.

Entre os temas que serão debatidos estão o direito das mulheres negras à comunicação, a representação política e desafios, a construção dos discursos e narrativas de luta das mulheres negras na construção do acesso aos direitos. Além disso, também estará em pauta as estratégias e desafios para assegurar o registro e memória da história da população negra com foco na construção da imagem contra hegemônica sobre as mulheres negras nas diferentes linguagens de comunicação. O seminário ainda pretende discutir políticas públicas no setor da comunicação que permitam a representação positiva das mulheres negras.

Nomes expressivos do movimento de mulheres negras, da mídia, da pesquisa e do cinema, vão participar do seminário. Entre eles estão a colunista da Carta Capital e do Blog Boitempo, e secretária Adjunta de Direitos Humanos de São Paulo, Djamilia Ribeiro; a jornalista, repórter do grupo A Tarde e criadora da Tia Má, Maíra Azevedo, a cineasta carioca, realizadora do filme Kabela e diretora e fundadora do Afroflix, Yasmin Thayná; as cineastas baianas, Viviane Ferreira, diretora do filme O Dia de Jeruza, indicado ao Festival de Cannes e Larissa Fulana de Tal diretora e roteirista de Cinza (2015), Lápis de Cor (2014); e a Coordenadora Executiva do Odara - Instituto da Mulher Negra, Valdecir Nascimento.

O Julho das Pretas é uma agenda comum de intervenção criada pelo Odara - Instituto da Mulher Negra, em 2013, na Bahia. Além de discutir o planejamento de atividades de mulheres negras para o mês de julho, quando se comemora o 25 de julho - Dia Internacional da Mulher Afro-Latino-Americana e Afro-Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, o evento propõe debater amplamente o perfil, as problemáticas e prioridades das intervenções no estado.

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade
Composição Gráfica: Companhia Visual Manteca

Realização:



NOVAMERICA

NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

ISSN 1677 - 4167 Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP : 22280 - 030 - Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033 - E-mail: promotores@novamerica.org.br - http://www.novamerica.org.br